

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998  
Balancete Patrimonial - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina  
Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo**

CNPJ: 61.639.567/0008-69



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2018.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM

**Nota da Administração**

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Períodos Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		2017		2016	
Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
<b>Ativo Circulante</b>	<b>234.936.279,19</b>	<b>136.883.193,21</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>234.843.370,61</b>	<b>136.553.867,33</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	11.725.011,21	11.372.740,27	Fornecedores (nota 3.9)	4.025.408,25	3.529.621,96
Bancos conta movimento	3.140,63	8.539,75	Serviços de Terceiros	-	-
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	11.721.870,58	11.364.200,52	P. Física/Jurídica (nota 3.10)	4.822.644,45	3.623.112,75
Contas a receber (nota 3.3)	218.961.569,21	121.914.335,76	Salários e prolab (nota 3.11)	4.205.441,00	3.962.685,55
Sec. Saúde do H. Luzia	-	-	Contribuições a recolher (nota 3.12)	1.031.555,82	1.050.285,09
- HCLPM- Mogi (nota 3.3.1)	178.534.194,44	84.530.740,00	Provisão de férias e encargos (notas 3.14)	8.080.599,07	7.557.200,38
Valores em Negociação/Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	15.705.168,93	15.705.168,93	Provisão de despesas c/quitacoes (nota 3.3.3)	24.722.205,84	21.678.426,83
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.3)	24.722.205,84	21.678.426,83	Impostos a recolher (nota 3.13)	1.174.950,75	1.037.710,38
<b>Outros Crédito (3.4)</b>	<b>828.003,07</b>	<b>896.699,57</b>	Obrigações Tributárias (nota 3.15)	574.460,59	416.937,64
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	134.823,48	112.526,22	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.16)	4.622,55	28.446,49
Antecipação salarial	10.915,22	13.317,33	Acordo Trabalhista a pagar (nota 3.17)	138.226,10	113.723,93
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	428.341,35	452.932,49	Outras contas a pagar (nota 3.20)	35.046,51	234.503,71
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3)	12.017,84	11.349,92	Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.23)	718.950,43	17.779,04
Depósito judicial (nota 3.4.4)	241.905,15	306.603,61	Outros valores de terceiros (nota 3.21)	-	-
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>8.185,46</b>	<b>8.482,84</b>	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.22)	184.949.463,25	93.415.425,58
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	8.185,46	8.482,84	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>607.453.789,95</b>	<b>5.491.722,23</b>
<b>Estoques</b>	<b>3.413.510,24</b>	<b>2.690.934,77</b>	<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>607.453.789,95</b>	<b>5.491.722,23</b>
Estoque Materiais e Medicamentos (notas 3.6 e 3.23)	3.413.510,24	2.690.934,77	Provisão de Despesa Proc. Cíveis (nota 3.18)	123.197,00	123.197,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>606.982.881,37</b>	<b>5.162.396,35</b>	Provisão de Despesa Proc. Trabalhistas (nota 3.18)	329.711,58	206.128,88
Ativo Realizável a Longo Prazo (3.7)	599.861.727,90	599.861.727,90	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.8)	20.492.755,92	16.780.214,09
Valores a receber	599.861.727,90	599.861.727,90	Ajustes vida econômica - Bens Móv. Terceiros (nota 3.8.1)	(13.371.602,45)	(11.617.817,74)
<b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (notas 3.8)</b>	<b>7.061.553,09</b>	<b>5.122.759,64</b>	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.7)	599.861.727,90	599.861.727,90
- Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	20.410.488,92	16.729.614,09	<b>Total do Passivo</b>	<b>841.919.160,56</b>	<b>142.045.589,56</b>
Ajuste Vida útil - Bens Terceiros (3.8.1)	(13.348.935,83)	(11.606.854,45)	<b>Patrimônio Líquido (nota 5)</b>	-	-
<b>- Ativo Intangível</b>	<b>59.600,38</b>	<b>39.636,71</b>	Resultado do Exercício	-	-
Intangível de Terceiros	62.267,00	50.600,00	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>841.919.160,56</b>	<b>142.045.589,56</b>
Ajuste vida útil - bens terceiros (3.8.1)	(22.666,62)	(10.963,29)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>841.919.160,56</b>	<b>42.045.589,56</b>			

**Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

Descrição	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Resultados do exercício/período	-	-	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-	-	-
<b>Variáveis não operacionais</b>				
(Aumento)Redução em contas a receber (696.839.967,47)	129.681.616,26	616,26	-	-
(Aumento)Redução em estoques (722.575,47)	(930.084,55)	-	-	-
Aumento (Redução) em fornecedores	1.695.317,99	3.366.723,42	-	-
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	696.219.495,89	(121.590.268,67)	-	-
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	1.958.757,12	(207.907,47)	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>2.311.028,06</b>	<b>10.320.078,99</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
(-) Compras de imobilizado	-	-	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	(1.958.757,12)	207.907,47	-	-
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	-	-
Aquisição de ações e passivos	-	-	-	-
Recebimento por vendas de ativos permanentes	-	-	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) ativ. de investimentos</b>	<b>(1.958.757,12)</b>	<b>207.907,47</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Integralização de Capital	-	-	-	-
Pagamentos de lucros e dividendos	-	-	-	-
Empréstimos tomados	-	-	-	-
(-) Pagamentos de empréstimos/débitos	-	-	-	-
Juros recebidos de empréstimos	-	-	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) ativ. de financiamentos</b>	<b>352.270,94</b>	<b>10.527.986,46</b>		
<b>No início do período</b>	<b>11.372.740,27</b>	<b>844.753,81</b>		
<b>No final do período</b>	<b>11.725.011,21</b>	<b>11.372.740,27</b>		

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis:** A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza não lucrativa, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103, de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins.

**Características da Unidade Gerenciada:** Em 23 de fevereiro de 1991 foi criado provisoriamente no âmbito do SUS, o Ambulatório de Especialidades e Pronto Socorro de Mogi das Cruzes. Em 27 de agosto de 1991 foi alterada a denominação Ambulatório de Especialidades e Pronto Socorro para Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo. Em 2001 o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo passou a ser gerenciado pela SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, com a missão de atender a população mais carente, exclusivamente SUS - Sistema Único de Saúde, visando não só o tratamento, mas a preocupação com a prevenção e promoção à saúde. A OSS/SPDM - Hospital das Clínicas Luzia de Pinho torna-se referência a 11 municípios do Alto Tietê, com atendimento em média e alta complexidade e de Pronto Socorro de demanda espontânea. Desde o início da gestão, além da assistência à saúde com excelência buscou melhorias contínuas e desenvolvimento científico dos processos de qualidade, sendo hoje certificado nível 3 da ONA - Organização Nacional de Acreditação, conferindo credibilidade tanto na qualidade da assistência à saúde quanto na gestão. Durante a evolução do hospital na região alcançamos algumas premiações concedidas pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, sendo eles: "Prêmio Ideia Saudável" - pelas ações em sustentabilidade; "Acolhimento com Classificação de Risco" - pelo trabalho e resultados obtidos no atendimento por prioridade; "Prêmio Socorro e o Prêmio Amigo do Meio Ambiente" em virtude do trabalho de conscientização e prevenção do meio ambiente. No início de 2016, por necessidade regional de referência em Cardiologia e aumento significativo de doenças coronarianas, mediante diretriz da SES, iniciamos a execução de procedimentos de Marca Passo, contemplando implante de marca passo, cardiofibrilador e resuscitador cardíaco, além de troca destes aparelhos. Houve ainda, em abril de 2016, firmamento de parceria entre a Secretaria de Estado da Saúde e a SEDI/FID, para a execução dos procedimentos em Hemodinâmica do HCLPM. Tal atividade de se faz fundamental ao tratamento do Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, prevendo execução de procedimentos cardiológicos (angioplastia primária, de resgate e implante de STENT), além de vasculares e neurológicos. Em paralelo, devido à elevação da complexidade dos pacientes atendidos, verificou-se a necessidade de maior número de leitos em Unidade de Terapia Intensiva - UTI para atendimento da demanda regional. A partir dessa premissa, por intermédio da SES, houve construção de Unidade Intensiva Coronariana - UCI com objetivo de oferecer ao hospital a estrutura necessária para atendimento aos pacientes com doenças coronarianas, cuja porta de entrada se dá através do Pronto Socorro, cuja inauguração se deu em julho de 2016. Por tornar-se referência no atendimento em Cardiologia, iniciou a participação em estudos multicêntricos nacionais e internacionais como: Estudo Bridge: Intervenção Brasileira para aumentar o uso de Evidências na Prática Clínica - Síndromes Coronarianas Agudas. Impact-Af: Estudo Clínico Internacional Multicêntrico Controlado Randomizado por cluster para melhorar o tratamento com anticoagulantes em pacientes com Fibrilação Atrial.

Descrição	31.12.2017		31.12.2016	
	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em Caixa	-	-	-	-
Saldo em Bancos	3.140,63	8.539,75	-	-
Aplicações Financeiras	11.721.870,58	11.364.200,52	-	-
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>11.725.011,21</b>	<b>11.372.740,27</b>		

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta bancária oficial e representam em 31.12.2017 o montante de R\$ 11.725.011,21 (Onze milhões, setecentos e vinte e cinco mil, onze reais e vinte e um centavo), conforme demonstrado no quadro acima.

**3.2 - Aplicações Financeiras (>):** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação	31/12/2017		31/12/2016	
		R\$	R\$	R\$	R\$
Banco do Brasil S/A	CDB/IRDB e BB Realic	R\$ 10.960.677,49	R\$ 10.840.821,11	-	-
Banco do Brasil S/A	Poupança	R\$ 761.193,09	R\$ 523.379,41	-	-
<b>Total Aplicação</b>		<b>R\$ 11.721.870,58</b>	<b>R\$ 11.364.200,52</b>		

(\*) As aplicações financeiras são consideradas Equivalentes de Caixa por permitir que a qualquer momento, sem perda dos juros transcorridos, possa se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às exceções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assinaturas Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2017 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão do nº 001/0500/000.019/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 178.534.194,44 (Cento e setenta e oito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos). **3.3.2 - Valores em Negociação:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional contratada, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por contado modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores registrados nesta conta em 2017 representam o montante de R\$ 15.705.168,93 (Quinze milhões, setecentos e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e três centavos). **3.3.3 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual em relação a UCI e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2017, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA)

▶ **Continuação** e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

**Estimativas de Rescisão Contratual**

Saldo em 31/12/2017	R\$ 7.818.292,69
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 16.903.913,15
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 24.722.205,84

**3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento:** **Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4 - Depósito Judicial:** Representam valores depositados em juízo com o objetivo de garantir a execução do débito trabalhista para apresentação de embargos da decisão judicial, nas obrigações em pecúnia. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos, predial, máquinas e assinaturas de periódicos. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados

de acordo com o custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.017 é de R\$ 3.413.510,24 (Três milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e dez reais e vinte e quatro centavos).

**Estoques**

	31/12/2017	31/12/2016
Valores em Reais		
Materiais utilizados no setor de Nutrição	125.683,18	111.877,32
Materiais utilizados no setor de Farmácia	1.986.282,34	1.344.875,53
Materiais de Almoarifado	1.301.544,72	1.234.181,92
Total	3.413.510,24	2.690.934,77

**3.7 - Valores a Receber - (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2017 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão sob o nº 001/0500/000.019/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 599.861.727,90 (Quinhentos e noventa e nove milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos) previstos para 01/01/2019 a 30/06/2022. **3.8 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. **3.8.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 - Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

**Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2017**

Descrição	Posição em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2017
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>16.780.214,09</b>	<b>3.712.541,83</b>	<b>-</b>	<b>20.492.755,92</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>16.780.214,09</b>	<b>3.712.541,83</b>	<b>-</b>	<b>20.492.755,92</b>
Apar Equip Utens Med Odont Lab	12.098.324,88	3.068.234,68	-	15.166.559,56
Equip Processamento de Dados	1.324.751,11	38.841,11	-	1.363.592,22
Mobiliário em Geral	1.958.348,08	314.282,60	-	2.272.630,68
MaqUtens e Equip Diversos	809.276,29	145.014,37	-	954.290,66
Veículos de Tração Mecânica	56.012,68	-	-	56.012,68
Aparelhos de Medição	27.723,17	-	-	27.723,17
Apar e Equip Comunicação	78.165,65	1.509,00	-	79.674,65
Apar e Utens Domésticos	230.341,41	88.837,89	-	319.179,30
Maq e Equip de Natureza Indl	45.900,59	-	-	45.900,59
Máquinas e Equip Energéticos	510,00	-	-	510,00
Máquinas e Equip Gráficos	8.189,00	-	-	8.189,00
Equip p/Audio/Video e Foto	36.817,23	24.175,18	-	60.992,41
Máquinas e Utens de Escritório	13.014,41	-	-	13.014,41
Maq Ferram e Utens de Oficina	14.194,49	-	-	14.194,49
Software	50.600,00	31.667,00	-	82.267,00
Total Imobilizado - Terceiros	16.780.214,09	3.712.541,83	-	20.492.755,92

**Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2017**

Descrição	Posição em 31/12/2016	Baixa	Ajuste Vida Útil em 31/12/2017	Posição em 31/12/2017	Taxas anuais médias de Ajustes
<b>Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros</b>	<b>(11.617.817,74)</b>	<b>-</b>	<b>(1.753.784,71)</b>	<b>(13.371.602,45)</b>	<b>100%</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(11.617.817,74)</b>	<b>-</b>	<b>(1.753.784,71)</b>	<b>(13.371.602,45)</b>	<b>100%</b>
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(7.798.703,01)	-	(1.360.020,90)	(9.158.723,91)	10
Equip Processamento de Dados	(1.193.954,10)	-	(54.322,46)	(1.248.276,56)	20
Mobiliário em Geral	(1.872.537,13)	-	(210.569,73)	(2.083.106,86)	10
MaqUtens e Equip Diversos	(357.579,96)	-	(81.332,26)	(438.912,22)	10
Veículos de Tração Mecânica	(56.012,68)	-	-	(56.012,68)	10
Aparelhos de Medição	(27.723,17)	-	-	(27.723,17)	10
Apar e Equip Comunicação	(71.908,01)	-	(741,78)	(72.649,79)	10
Apar e Utens Domésticos	(124.808,03)	-	(29.232,30)	(154.040,33)	10
Maq e Equip de Natureza Indl	(43.200,23)	-	(695,40)	(43.895,63)	10
Máquinas e Equip Energéticos	(510,00)	-	-	(510,00)	10
Máquinas e Equip Gráficos	(8.189,00)	-	-	(8.189,00)	10
Equip p/Audio/Video e Foto	(24.521,23)	-	(5.166,55)	(29.687,78)	10
Máquinas e Utens de Escritório	(13.014,41)	-	-	(13.014,41)	10
Maq Ferram e Utens de Oficina	(14.194,49)	-	-	(14.194,49)	10
Software	(10.963,29)	-	(11.703,33)	(22.666,62)	20
Total do Ajuste do Valor Econômico Acumulada	(11.617.817,74)	-	(1.753.784,71)	(13.371.602,45)	

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, visando a determinar os critérios de reconhecimento da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoas físicas e jurídicas pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.14 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º salário):** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o § 1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente e constitui-se em obrigação real na fonte de IRRF, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços contratados pela unidade gerenciada. **3.16 - Empréstimos Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco Financiamentos, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2017 representava R\$ 4.822,25 (Quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos). **3.17 - Acordos Trabalhistas a Pagar:** Reconhecimento das obrigações decorrentes de processos trabalhistas em que a Entidade foi sentenciada ao pagamento de valores complementares

Passivo Contingências								
Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
329.711,58	1.296.124,82	-	123.197,00	7.345.571,70	-	-	-	-

**3.19 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.20 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da instituição. **3.21 - Outros Valores de Terceiros:** Os valores contabilizados referem-se a créditos recebidos individualmente a serem realizados no prazo médio de 30 dias. **3.22 - Convênios / Contratos públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2017 representa R\$ 184.949.463,25 (Cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos), a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final

do contrato em 30.06.2022. **3.23 - Empréstimos de Material de Terceiros:** A unidade afiliada SPDM, mantém empréstimos de uso temporário o qual deve ser devolvido após uso ou dentro de um prazo predeterminado através de política na gestão de suprimentos e necessidades de atendimentos emergenciais nas unidades com relação a materiais e medicamentos. Esses materiais passam a fazer parte do estoque de suprimentos, e são devolvidos no prazo determinado, perfazendo em 31/12/2017 um saldo de R\$ 271.971,84 (Duzentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos) referente a empréstimos temporários. A unidade afiliada SPDM, mantém Medicamentos do Programa Dose Certa da Secretaria Estadual da Saúde São Paulo (SES/SP) no montante de R\$ 719.950,43 (Setecentos e dezoto mil, novecentos e cinquenta reais, e quarenta e três centavos) para distribuição e que fazem parte do saldo estoque de farmácia. **3.24 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.25 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é

apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a Res. CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2017 a instituição recebeu em doações um total de R\$ 100.107,17 (Cem mil, cento e sete reais e dezessete centavos), enquanto que em 2016 foi de R\$ 164.725,41 (Cento e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavo). **4.4 - Auxílios, Subvenções e/ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assinaturas Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Nota. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. Em 2017, a instituição recebeu subvenções estaduais relativas aos instrumentos abaixo:

Descrição	Posição em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2017
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>16.780.214,09</b>	<b>3.712.541,83</b>	<b>-</b>	<b>20.492.755,92</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>16.780.214,09</b>	<b>3.712.541,83</b>	<b>-</b>	<b>20.492.755,92</b>
Apar Equip Utens Med Odont Lab	12.098.324,88	3.068.234,68	-	15.166.559,56
Equip Processamento de Dados	1.324.751,11	38.841,11	-	1.363.592,22
Mobiliário em Geral	1.958.348,08	314.282,60	-	2.272.630,68
MaqUtens e Equip Diversos	809.276,29	145.014,37	-	954.290,66
Veículos de Tração Mecânica	56.012,68	-	-	56.012,68
Aparelhos de Medição	27.723,17	-	-	27.723,17
Apar e Equip Comunicação	78.165,65	1.509,00	-	79.674,65
Apar e Utens Domésticos	230.341,41	88.837,89	-	319.179,30
Maq e Equip de Natureza Indl	45.900,59	-	-	45.900,59
Máquinas e Equip Energéticos	510,00	-	-	510,00
Máquinas e Equip Gráficos	8.189,00	-	-	8.189,00
Equip p/Audio/Video e Foto	36.817,23	24.175,18	-	60.992,41
Máquinas e Utens de Escritório	13.014,41	-	-	13.014,41
Maq Ferram e Utens de Oficina	14.194,49	-	-	14.194,49
Software	50.600,00	31.667,00	-	82.267,00
Total Imobilizado - Terceiros	16.780.214,09	3.712.541,83	-	20.492.755,92

**Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2017**

Descrição	Posição em 31/12/2016	Baixa	Ajuste Vida Útil em 31/12/2017	Posição em 31/12/2017	Taxas anuais médias de Ajustes
<b>Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros</b>	<b>(11.617.817,74)</b>	<b>-</b>	<b>(1.753.784,71)</b>	<b>(13.371.602,45)</b>	<b>100%</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(11.617.817,74)</b>	<b>-</b>	<b>(1.753.784,71)</b>	<b>(13.371.602,45)</b>	<b>100%</b>
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(7.798.703,01)	-	(1.360.020,90)	(9.158.723,91)	10
Equip Processamento de Dados	(1.193.954,10)	-	(54.322,46)	(1.248.276,56)	20
Mobiliário em Geral	(1.872.537,13)	-	(210.569,73)	(2.083.106,86)	10
MaqUtens e Equip Diversos	(357.579,96)	-	(81.332,26)	(438.912,22)	10
Veículos de Tração Mecânica	(56.012,68)	-	-	(56.012,68)	10
Aparelhos de Medição	(27.723,17)	-	-	(27.723,17)	10
Apar e Equip Comunicação	(71.908,01)	-	(741,78)	(72.649,79)	10
Apar e Utens Domésticos	(124.808,03)	-	(29.232,30)	(154.040,33)	10
Maq e Equip de Natureza Indl	(43.200,23)	-	(695,40)	(43.895,63)	10
Máquinas e Equip Energéticos	(510,00)	-	-	(510,00)	10
Máquinas e Equip Gráficos	(8.189,00)	-	-	(8.189,00)	10
Equip p/Audio/Video e Foto	(24.521,23)	-	(5.166,55)	(29.687,78)	10
Máquinas e Utens de Escritório	(13.014,41)	-	-	(13.014,41)	10
Maq Ferram e Utens de Oficina	(14.194,49)	-	-	(14.194,49)	10
Software	(10.963,29)	-	(11.703,33)	(22.666,62)	20
Total do Ajuste do Valor Econômico Acumulada	(11.617.817,74)	-	(1.753.784,71)	(13.371.602,45)	

a rescisão contratual, onde se entende que não cabe mais recurso judicial.

**3.18 - Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para a classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). A classificação de provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. **3.18.1 - Contingências Ativas:** Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não cabem mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. A entidade não possui Contingências Ativas cuja probabilidade de ganho era tida como "provável" em 2017. **3.18.2 - Contingências Passivas:** Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações são de origem, independente do mérito, em casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 7.345.571,70 (Sete milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2017, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou R\$ 1.296.124,82 (Um milhão, duzentos e noventa e seis mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos). Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face a caráter filantrópico da instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal.

Passivo Contingências								
Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
329.711,58	1.296.124,82	-	123.197,00	7.345.571,70	-	-	-	-

do contrato em 30.06.2022. **3.23 - Empréstimos de Material de Terceiros:** A unidade afiliada SPDM, mantém empréstimos de uso temporário o qual deve ser devolvido após uso ou dentro de um prazo predeterminado através de política na gestão de suprimentos e necessidades de atendimentos emergenciais nas unidades com relação a materiais e medicamentos. Esses materiais passam a fazer parte do estoque de suprimentos, e são devolvidos no prazo determinado, perfazendo em 31/12/2017 um saldo de R\$ 271.971,84 (Duzentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos) referente a empréstimos temporários. A unidade afiliada SPDM, mantém Medicamentos do Programa Dose Certa da Secretaria Estadual da Saúde São Paulo (SES/SP) no montante de R\$ 719.950,43 (Setecentos e dezoto mil, novecentos e cinquenta reais, e quarenta e três centavos) para distribuição e que fazem parte do saldo estoque de farmácia. **3.24 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.25 - Apuração**

**Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2017**

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Internações</b>						
Saída Hospitalar - Total	6.168	7.607	6.168	8.218	12.336	15.825
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	3.612	4.614	3.612	4.876	7.224	9.490
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	2.556	2.993	2.556	3.342	5.112	6.335
<b>HD/QR, Ambulatório - Total</b>	<b>1.590</b>	<b>1.552</b>	<b>1.590</b>	<b>1.380</b>	<b>3.180</b>	<b>2.932</b>
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>						
Consulta de urgência	67.200	65.629	67.200	66.737	134.400	132.366
<b>Atend. Ambulatorial - Total</b>	<b>58.350</b>	<b>60.501</b>	<b>58.350</b>	<b>64.574</b>	<b>116.700</b>	<b>120.075</b>
Consulta médica - Total	53.550	52.190	53.550	53.064	107.100	105.254
Atendimento não médico - Total	4.800	8.311	4.800	11.510	9.600	19.821
<b>SADT EXTERNO - TOTAL</b>	<b>8.946</b>	<b>8.749</b>	<b>8.946</b>	<b>10.024</b>	<b>17.892</b>	<b>18.773</b>
<b>Tratamento Especializado - Total</b>	<b>5.136</b>	<b>9.290</b>	<b>12.336</b>	<b>19.024</b>	<b>17.472</b>	<b>28.314</b>
Tratamento onco - Quimioterapia	4.536	8.559	4.536	9.288	9.072	17.847
Tratamento onco - Radioterapia	600	731	7.800	9.736	8.400	10.467

**9.2 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834 de 26/04/2016 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAUDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercicio de 2017 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 25.839.285,42 (Vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercicio de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra

registrada em conta específica montante em R\$ 19.650.347,89 (Dezenove milhões, seiscentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos). Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 18.079.972,16 (Dezoito milhões, setenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercicio de 2017 atingiu um montante de R\$ 267.042,02 (Duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais e dois centavos). Em 2016 o referido valor de receita totalizou R\$ 559.090,98 (Quinhentos e cinquenta e nove mil, oitenta e nove reais e novecentos e nove centavos). **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercicio 2017 foi de R\$ 5.217.350,83 (Cinco milhões, duzentos e dezessete mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 4.488.774,08 (Quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oito centavos). **9.4 - Isenção do Programa de Integração Social (PIS):** Em 2015, a unidade Hospital Luzia de Pinho Melo já teve sua imunidade reconhecida pela RFB. A isenção do Programa de Integração Social (PIS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercicio 2017 foi de R\$ 704.544,68 (Setecentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016 foi de R\$ 648.888,10 (Seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dez centavos). **9.5 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor.

Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A entidade possui trabalhos voluntários realizados por diferentes estatutários e em 2017 representou o montante de R\$ 8.706,45 (Oito mil, setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos), enquanto em 2016 foi de R\$ 7.660,22 (Sete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos) e outros tipos de voluntariado em 2017 representou o montante de R\$ 26.632,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais), enquanto em 2016 foi de R\$ 21.113,84 (Vinte e um mil, cento e treze reais e oitenta e quatro centavos). **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulantes) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercicio social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Mogi das Cruzes, 31 de Dezembro de 2017.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor Presidente da S.P.D.M.  
**Dr. João Luiz de Miranda Rocha** - Diretor Técnico  
**Ana Maria Gonçalves Shimizu** - Contadora CRC-1SP 210330/O-9

**Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração

e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018 São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM:ATO Declaratório Nº 7710/04. **Alexandre Chiaratti do Nascimento** - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

# balanços das empresas públicas

Compromisso com a transparência

- A **Secretaria da Fazenda**, em parceria com a Imprensa Oficial, reuniu os balanços dos últimos 5 anos das empresas públicas;
- Em sintonia com as mais modernas práticas de **governança corporativa**.



www.imprensaoficial.com.br/empresaspublicas
